

O PROTAGONISMO JUVENIL NOS MOVIMENTOS DE REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

Marisa Alves Vento¹

Jaqueline Batista Araújo²

Thayná Mesquita Gomes dos Santos³

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/Aparecida de Goiânia/Departamento de Áreas Acadêmicas, ventomarisa@hotmail.com

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/Aparecida de Goiânia/Tec. Química – PIBIC-EM - jaque_araujo@hotmail.com.br

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/Aparecida de Goiânia/Tec. Química – PIBIC-EM - thayna.india@hotmail.com

Resumo

O presente artigo é resultado do projeto de pesquisa que teve como objetivo estudar a importância da participação e representação estudantil no espaço da instituição escolar. A pesquisa foi desenvolvida a partir de estudos teóricos e da observação e acompanhamento da constituição do grêmio estudantil no Campus de Aparecida de Goiânia. A existência de instâncias de participação, dentro da escola, para que os estudantes possam desenvolver o exercício da cidadania, colaborar e melhorar a sua comunidade é um fator que contribui decisivamente na formação política desses jovens estudantes tornando-os protagonistas. Entretanto, o protagonismo juvenil pressupõe que relações dinâmicas se estabeleçam entre o processo formativo e a difusão do conhecimento sobre a importância da participação e da responsabilidade. Nessa perspectiva é que se desenvolverá a educação para a cidadania ética e responsável, valorizando as expressões e manifestações juvenis. A conclusão da pesquisa realizada mostrou que o Grêmio Estudantil, enquanto instância de participação do jovem, apesar do seu papel importante no sentido de formar lideranças, conta com enormes desafios para cumprir sua finalidade. Pois caso não haja uma formação voltada para a construção da cidadania e dos valores democráticos, e se o jovem aluno não for incentivado à participação com responsabilidade, ele não será protagonista.

Palavras-chave: Protagonismo juvenil, participação, cidadania

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado do projeto de pesquisa que teve como objetivo estudar a importância da participação e representação estudantil no espaço da instituição escolar. A relevância da temática é inquestionável, uma vez que não há mais no mundo contemporâneo nenhuma dúvida quanto ao fato de que a democracia e os valores democráticos tais como a participação, a liberdade, a igualdade e a tolerância são inerentes ao modo de ser da nossa sociedade. Entretanto, é preciso considerar que existe uma distância significativa entre democracia e democratização, enquanto aquela é um valor ideal, a democratização é o enraizamento desses valores numa sociedade. E isso exige o cuidado da formação a fim de que os valores sejam enraizados e solidificados.

A educação é o meio para se alcançar esse fim, a democratização, e a escola é o *locus* dessa formação específica, em razão do papel que desempenha no desenvolvimento da personalidade dos indivíduos, o que certamente refletirá no contexto sócio-político de um povo. Neste sentido, o filósofo John Dewey (1970), ofereceu uma contribuição relevante. Ele concebe a escola como solo fecundo onde é possível germinar as sementes dos valores democráticos, e relaciona a democracia a um processo de formação moral que se verificará pelas suas consequências na vida ativa dos seres humanos. Desse modo, tratando-se de formação moral e política, para que as boas consequências prevaleçam, ela deve iniciar-se desde muito cedo em conjunto com a formação escolar, sendo necessário que haja, segundo o autor, uma atuação direcionada no sentido da formação de hábitos democráticos. (DEWEY, 1970, p.19) Ponto de vista que coincide com o de um dos paladinos da educação no Brasil, Anísio Teixeira, para quem a educação desempenha um papel crucial nas transformações necessárias à formação do cidadão para a efetivação da democracia. Ou então, como se pode notar, o modo democrático de viver não se consumará, uma vez que

O postulado da democracia, acentuo, liga o programa de vida que representa a um programa de educação, sem o qual, uma organização democrática não poderia sequer ser sonhada. Deixada a si mesma, a vida humana não produz democracia, mas, como nos confirma toda a história, (produz) regime de afirmação das desigualdades humanas, não somente das desigualdades individuais, reais e intransponíveis, mas, fundadas mais ou menos nelas, de desigualdades artificiais profundas e, do ponto de vista democrático, consideradas iníquas.¹. (TEIXEIRA, 1956)

A fala de Anísio Teixeira deixa claro que o papel da educação na construção dos valores democráticos, por meio de uma organização intencional e sistemática, é a condição de realização da vida social democrática, e cujos primeiros aprendizados ocorrem no espaço coletivo da escola, sobretudo daquela que incentiva o exercício da cidadania por meio da participação.

A ESCOLA E O APRENDIZADO DA PARTICIPAÇÃO

A convicção desse papel fundamental da escola na formação de valores democráticos leva-nos a refletir sobre a questão da participação. E, no tocante a esse tema sabe-se que ela (a participação) é o termômetro que permite avaliar a qualidade da democracia presente numa instituição: quanto maior for o grau de participação, maior o grau de democracia. Diante disso, compreende-se que o fomento e o incentivo à participação devem ser alguns dos pressupostos básicos da escola que considera e valoriza a capacidade transformadora do jovem; da escola que compreende o protagonismo juvenil como exercício primeiro dos futuros embates para a consolidação dos anseios democráticos de uma sociedade. Logo, se a escola é o espaço onde ocorre o primeiro modo de convivência coletiva, onde se abriga o conhecimento, outro lugar não poderia ser mais propício ao aprendizado e ao exercício das noções de sociedade e cidadania.

Inicialmente, para avançarmos no estudo dessas questões, o projeto de pesquisa sobre o tema do protagonismo juvenil nos movimentos de representação estudantil propunha estabelecer como metodologia a observação e análise das diretrizes, propostas de atuação e as atividades organizadas pelos membros atuantes do Grêmio IFG do Campus Goiânia. Justificando-se tal escolha pelo fato de ser um grêmio já consolidado em sua trajetória de lutas e conquistas estudantis. Entretanto, paralelamente aos estudos iniciais desta pesquisa, iniciou-se também o

¹ XII Conferência Nacional de Educação. Rio de Janeiro, 1956.

processo de constituição do grêmio estudantil do Campus Aparecida de Goiânia. Desde então, considerou-se mais produtivo torná-lo o *locus* da pesquisa. A nova metodologia adotada a partir daí foi a da pesquisa bibliográfica e da observação de todos os fenômenos ocorridos na escola, que tornou possível um acompanhamento mais efetivo e proveitoso do surgimento do movimento estudantil, além do que, trabalhou-se com a hipótese de que os estudos realizados no decorrer da pesquisa pudessem oferecer uma contribuição para uma formação inicial dos membros do movimento estudantil recém-constituído.

Os estudos teóricos relativos ao protagonismo juvenil foram subsidiados pela *Cartilha sobre o Grêmio Estudantil* (2004), divulgada pela Secretaria de Estado de Educação/MG, cuja proposta é a de “orientar a organização do grêmio estudantil e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento pessoal e formação de estudantes, enquanto cidadãos críticos, responsáveis, conscientes e atuantes na sociedade” (2004, p. 3). Conceitualmente foi possível compreender que, como organização civil² autônoma, o grêmio estudantil representa os interesses dos estudantes, possuindo finalidades educativas, cívicas, culturais, sociais e desportivas. Sua constituição propicia a articulação entre pessoas ou grupos que compartilham interesses e ideias comuns, sendo um meio significativo de atuação política extremamente necessária ao contexto em que vivemos hoje.

A apropriação dos conhecimentos sobre a constituição do grêmio estudantil, e também o entendimento do seu poder de articular os interesses da comunidade escolar ao mesmo tempo em que propicia uma atuação política e social do jovem estudante, foram de fundamental importância para compreender a relevância de instâncias, na escola, que estimulam o protagonismo juvenil.

Não há dúvidas de que os tempos atuais exigem o envolvimento dos jovens nas questões sociais e políticas que se apresentam. Portanto, a existência, na escola, de um espaço para que os estudantes possam exercer sua cidadania, colaborar e melhorar a sua comunidade é um fator que contribuirá decisivamente na formação política desses jovens estudantes tornando-os protagonistas. Como menciona a *Cartilha sobre o Grêmio Estudantil*, a organização estudantil se converte em “laboratório de ricas experiências socializadoras, promovendo e aglutinando, como representação estudantil, ações que expressem os anseios e interesses dos alunos, participando da construção de uma escola de qualidade” (2004, p. 18).

Nessa perspectiva, observou-se que a constituição do grêmio estudantil no Câmpus de Aparecida de Goiânia foi uma iniciativa inteiramente tomada pelos alunos e acolhida pela instituição como um movimento significativo. Apesar dos inúmeros problemas decorrentes da fase de implantação, a direção, demonstrando o compromisso com a gestão democrática, apoiou os estudantes incentivando a sua participação em diferentes instâncias da escola.

As primeiras movimentações dos estudantes se iniciaram após os trâmites legais de criação e aprovação do estatuto do grêmio. Nas reuniões dos alunos para a composição de chapas e de lideranças e, posteriormente, nas assembleias para apresentação das chapas criadas, foi possível perceber que nesse “laboratório”, apesar da boa vontade e entusiasmo, prevalecia a

² Segundo a *Cartilha do Grêmio Estudantil*, “As organizações civis não são uma novidade no nosso País. Na década de 20, as sufragistas já faziam sucesso. Hoje, as organizações civis mais variadas constituem uma forma comum de articulação entre pessoas ou grupos que comungam os mesmos interesses e ideais.” (2004, p.10)

imaturidade dos estudantes para elaborar ações voltadas para o protagonismo juvenil, e até mesmo para a reivindicação de seus interesses.

Estas observações iniciais apenas reforçaram a ideia de que é absolutamente necessário um processo de formação, tal como mostram os estudos teóricos em torno da questão democracia e participação escolar, que abordam a importância do papel da escola para a construção da consciência cidadã no jovem. Conforme aponta Klein:

A escola, instituição social destinada à educação das novas gerações, em seus compromissos históricos com a sociedade, compreende dois focos de atuação, instrucional e formativa. A instrução refere-se à transmissão de conhecimentos, de técnicas e de habilidades, legados históricos considerados socialmente relevantes. A formação compreende ações intencionais, voltadas para aspectos constituintes da personalidade moral (construção de valores) dos indivíduos, visando a convivência social. Essa formação deve considerar valores e práticas relevantes na sociedade. (KLEIN, 2006, p. 62)

Ou seja, para além do compromisso democrático de criar condições para que o aluno permaneça na escola garantindo o seu direito à instrução, é necessário garantir também a sua formação para atuar na sociedade em que vive, possibilitando a construção de valores que constituirão a personalidade moral do indivíduo. Valores como coletividade, cooperação, responsabilidade e outros tantos que favorecem a convivência social são essenciais para que o jovem estudante possa elaborar o seu papel como protagonista na comunidade que o circunda.

A autora mostra como a articulação entre democracia e educação exige uma amplitude tanto de interpretações quanto de ações, quando se trata de compreender essa articulação no contexto de uma instituição de ensino. Essas ações percorrem desde a adoção de políticas públicas, passando pelo modelo de gestão e discussão sobre o currículo escolar até às relações interpessoais.

Tendo em vista o foco da pesquisa, não se pretende adentrar no debate acirrado das interpretações sobre a relação democracia e educação, quando surgem nitidamente dois discursos cujas perspectivas são diferentes: um pela ótica das práticas pedagógicas e outro pela ótica das políticas públicas. (KLEIN, 2006, p. 52) Todavia, é preciso enfatizar a importância da complementariedade dessas duas perspectivas, uma vez que tanto a ação pedagógica voltada para a formação do indivíduo como um todo, quanto as políticas de inclusão e de universalização do ensino são duas vertentes incontornáveis quando se pretende articular democracia e educação. Sobretudo se a ideia é conceder um papel decisivo aos educandos na construção de uma sociedade mais justa e melhor, o que necessariamente, é preciso repetir, se inicia no espaço escolar.

O PROTAGONISMO JUVENIL NA ESCOLA

No tocante ao termo “protagonismo juvenil”, é preciso destacar que ele vem sendo amplamente discutido por vários autores com diferentes leituras e concepções. Esse debate entre importantes pensadores da causa político-educacional promoveu a retomada do estudo das diretrizes que regem a participação de jovens em movimentos estudantis. Nesse contexto, é importante ressaltar que o protagonismo pode ser realizado por diversos atores sociais em variadas vertentes de participação social. O que, provavelmente, permite a elaboração de diferentes e, até mesmo, divergentes concepções sobre protagonismo.

Na visão de Regina Souza (2006), o termo “protagonismo juvenil” faz parte do discurso neoliberal onde os atores sociais se encontram para negociar interesses, sendo eles próprios os únicos responsáveis pela sua condição social, como sua inserção no mercado de trabalho, seu acesso à educação, saúde, etc., ou seja, pela sua “inclusão” na sociedade. A crítica da autora está no fato de o protagonismo aparecer como um modelo prescritivo de combate aos efeitos econômicos e políticos sobre a população jovem, como um benefício ao seu desenvolvimento. Souza afirma que além de contribuir para o individualismo, já que o foco é a iniciativa própria, estes tipos de ações não trazem profundas mudanças sociais, políticas e econômicas.

Porém, Gandolfo (2005) vê o protagonismo como ações juvenis coletivas e participativas, onde se constroem a autonomia dos envolvidos. Para a autora, a valorização da “cultura juvenil”, ou seja, a ação de tornar possível que a voz do jovem se expresse por meio de uma linguagem que revela seu descontentamento, sua aprovação, suas reivindicações, sua atuação é extremamente benéfica para a afirmação do protagonismo. No entanto, afirma Gandolfo, existe por parte do espaço escolar uma indiferença em relação à participação efetiva do aluno, ressaltando que

a concepção de ensino-aprendizagem, a forma de encaminhar estratégias pedagógicas, o planejamento do espaço físico etc., constitui uma cultura escolar de negligência em relação ao protagonismo juvenil, reservando ao jovem o espaço dos bastidores e não o do palco. (GANDOLFO, 2005, p. 35)

De fato, se houve, no passado, ou ainda há escolas cujo modelo de gestão autoritária negligencia o papel que o jovem pode desempenhar no espaço onde se encontra, como já foi dito, é somente dentro de uma instituição de ensino que privilegie os valores democráticos que se promoverá o acesso e a participação do jovem, permitindo a sua atuação.

Nessa perspectiva, a concepção de protagonismo adotada neste estudo, tem origem na etimologia da palavra protagonista, derivada do francês *protagoniste* que, por sua vez, tem origem grega e significa “aquele que combate na primeira fila; que ocupa o primeiro lugar; personagem principal”. (SOUZA, 2006, p. 8) Por vários autores o protagonista juvenil é visto como “o ator principal no cenário público, posição de destaque que supõe uma ação política”. (SOUZA, 2006, p. 9) Essa ação política, de acordo com o que se pretendeu abordar nesta pesquisa é compreendida como uma prática da cidadania, não apenas na forma de voluntariado, com ações de solidariedade, e sim, pela vivência da cidadania ao participar de instâncias democráticas, pelas ações em favor de todos, pela garantia do bem comum.

A proposta do protagonismo juvenil, como forma de participação social democrática no âmbito educacional, implica na criação de condições para os jovens exercerem suas faculdades de forma crítica e criativa e, desse modo, conquistem gradativamente sua autonomia. Dentre as várias possibilidades para essa construção, a escola democrática deverá abrir espaços para a participação coletiva e para a atuação do jovem estudante. Isso se dará por meio da criação de instâncias de atuação coletiva, cujo objetivo é representar uma vontade plural.

Como exemplo, é possível citar os Conselhos Escolares em que a direção, os professores, os alunos, os pais, enfim, toda a comunidade envolvida no processo educacional represente a diversidade presente na escola; O Conselho de Classe que, numa perspectiva democrática, possibilita à coordenação, aos professores, pais e representantes de alunos discutirem, em conjunto, os aspectos pedagógicos e os problemas que afetam a relação ensino-aprendizagem.

Para que cada um, na sua posição, possa contribuir com suas ideias para um melhor e mais adequado panorama educacional; O Representante de Turma, papel que reflete a importância da autonomia do aluno no ambiente da escola. O representante de turma é aquele aluno escolhido pelos seus pares e dá voz aos anseios daqueles que o elegeram representante. Ele deve estar consciente do seu papel mediador. A sua atuação, incentivada pela escola, pode se traduzir em relevante contribuição no sentido de convergir os objetivos de educandos e educadores. E, por fim, o Grêmios Estudantil, foco desta pesquisa.

O grêmios, como instância de representação dos interesses da classe estudantil, possui uma importante força de atuação quando, por exemplo, realiza um plano de atividades elaborado a partir dos interesses coletivos da assembleia de estudantes visando despertar a consciência crítica dos estudantes, reuni-los em atividades interativas que promovam a cultura e a integração acadêmica. É sempre constituído por estudantes eleitos pelos pares, o que contribui para reforçar os laços de confiança e a responsabilidade a eles confiada.

Entretanto, conforme se observa no texto da *Cartilha sobre o Grêmios Estudantil*,

tais possibilidades requerem necessariamente que a escola, direção, professores e demais profissionais estejam abertos ao diálogo, assumindo sua parcela de responsabilidade na discussão democrática com os alunos, entendendo que a construção de um Grêmios efetivo demanda tempo, incentivo, apoio, credibilidade e confiança nas inúmeras possibilidades de ações criativas. (2004, p. 6)

Ao lado disso, valores como a liberdade e a solidariedade são imprescindíveis à prática do protagonismo. Esses são os valores maiores que servem como princípios constitutivos da concepção de educação brasileira proposta na Lei de Diretrizes e Base da Educação, segundo Antônio Carlos Costa, e devem servir de estímulo ao pensamento e ação de todos os que atuam em qualquer área da educação e formação de adolescentes. Por essa razão, “moldar o processo educativo segundo esses valores, mais do que uma questão de vontade política, é uma questão de compromisso ético”. (COSTA, 2000, p.38)

Nesse sentido, o campus Aparecida de Goiânia apresenta excelentes condições de estrutura física e pedagógica para a realização das atividades curriculares. Entretanto, talvez por se encontrar ainda em fase de implantação e apesar de viabilizar a existência de instâncias de participação, não está firmada uma política escolar que promova debates e esclarecimentos, ou mesmo ações educativas visando a formação de uma identidade política alicerçada em valores democráticos. Sobre essa questão, o artigo *De estudantes a cidadãos – redes de jovens e participação política* (1997) possibilitou refletir sobre a formação de identidades como um importante elemento de influência na ação coletiva. De acordo com a autora,

é preciso analisar como elas (as identidades) interagem com o ciclo de vida da pessoa. Como Erikson (1968) e outros mostram, a juventude é um período sensível na formação de identidades, em que as pessoas experimentam várias expressões públicas, procurando reconhecimento no meio de diversos “círculos” (ou redes): família, colegas, escola, trabalho, atividades de lazer e, às vezes, atividade política. Durante esse período de experimentação, eles estabelecem compromissos (ainda provisórios) com laços sociais e significados coletivos, que terão um impacto crítico nas suas opções ao longo da vida. (MISCHE, 1997, p. 139)

Desse modo, ações que têm em vista colocar em relevo a formação da identidade participativa dos jovens; a constituição de identidade cidadã, que torna o jovem capaz de influir

em sua realidade, de forma democrática, promovendo maneiras de atender suas reivindicações; a formação de redes sociais e sua influência na formação de ideologias podem culminar numa integração juvenil e no surgimento de lideranças representativas.

Certamente os jovens estudantes devem estar engajados na luta pelo discurso político de participação discente no ambiente escolar, mas para isso, é importante que desenvolvam uma identidade múltipla e coletiva que se relaciona ao conceito de identidade participativa, e diga respeito à construção de uma identidade social, que leva ao engajamento e se fortalece pelas vias das redes de trabalho e de pertencimento a uma comunidade. (MISCHE, p. 139, 1997)

CONCLUSÃO

Observando-se o contexto relacional do Campus Aparecida de Goiânia e das iniciativas dos alunos da instituição por meio do grêmio estudantil, à luz dos conceitos de protagonismo juvenil, participação e identidade cidadã, foi possível analisar as questões que se interpuseram na experiência de constituição efetiva do grêmio e extrair delas algumas conclusões.

De fato, os laços que os alunos estabeleceram entre si, de amizade e convivência durante grande parte do dia, pois estudam em período integral, trouxeram um fortalecimento na dimensão social e até mesmo acadêmica. Entretanto, as relações políticas não foram estabelecidas de forma a promover o interesse dos estudantes na formação grupos representativos que atuassem no sentido de proposições assertivas. Ou seja, a identidade participativa não foi construída ao ponto de conseguirem articular propostas ou alinhar reivindicações. A falta de comunicação entre as redes (coordenação e discentes) e os representantes do grêmio, a adoção partidária, por parte de alguns membros que se deixaram levar por interesses outros, desencadeou divergência de opiniões entre os seus representantes. E a somatória desses fatores contribuiu para que o grêmio recém-constituído sofresse uma fragmentação.

Isso demonstra a importância da disseminação de uma cultura democrática no âmbito da instituição escolar; do estímulo ao jovem a atuar em prol de sua comunidade escolar ou social através de uma participação construtiva, via pela qual o jovem se sentirá mais valorizado, inserido e importante para a comunidade a qual ele pertence. O protagonismo juvenil pressupõe que relações dinâmicas se estabeleçam entre o processo formativo e a difusão do conhecimento sobre a importância da participação democrática e responsabilidade.

Nessa perspectiva é que se desenvolverá a educação para a cidadania ética e responsável, valorizando as expressões e manifestações juvenis. A conclusão à qual se pode chegar é que a formação do cidadão participativo deve envolver os estudantes, os pais, professores, diretores, todos engajados no compromisso de estabelecer discussões sobre a realização de ações educativas e políticas, nas quais toda a comunidade escolar possa contribuir.

O Grêmio Estudantil apesar do seu papel importante no sentido de formar lideranças, apesar de sua legitimidade, conta com enormes desafios para cumprir sua finalidade enquanto meio de atuação de jovens protagonistas, enquanto não houver uma formação voltada para a construção da cidadania e dos valores democráticos. O jovem aluno não será protagonista se não for incentivado à participação com responsabilidade, se não for estimulado a compreender sua condição de sujeito sócio histórico do processo educacional.

Mas ocorrendo o contrário, ou seja, a valorização do jovem estudante, o reconhecimento de que ele pode ser o sujeito de grandes transformações, poderemos certamente repetir com Costa, afirmando que o jovem protagonista é capaz de promover “mudanças decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política em que estão inseridos [...] Assim, o protagonismo juvenil, tanto quanto um direito, é um dever dos adolescentes”. (COSTA, 2000, p. 26)

REFERÊNCIAS

- COSTA, Antônio Carlos Gomes. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.
- DEWEY, John. **Liberalismo, liberdade e cultura**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- GANDOLFO, M.A.P. **Formação de Professores de Ensino Médio e (in)visibilidade de experiências de protagonismo juvenil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8057/000566378.pdf>. Acesso em: 10/nov/2014
- KLEIN, Ana Maria. **Escola e Democracia**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/.../dissertacaoAnaKlein.pdf>. Acesso em: 02/fev/2015.
- MISCHE, Ann. **De estudantes a cidadãos** - Redes de jovens e participação política. Revista Brasileira de Educação, n. 5. 1997. Disponível em: <http://anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_13_ANN_MISCHE.pdf>. Acesso em: 10/nov/2014.
- SOUZA, Regina Magalhães de. **O discurso do protagonismo juvenil**. Tese (Doutorado em Sociologia) FFLCH –USP – Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde.../tese_regina.pdf>. Acesso em: 10/nov/2014.
- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/MG. **Grêmios Estudantis**. Out./2004. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/CARTILHA_GREMIO_ESTUDANTIL_WEB.pdf>. Acesso em: 05/ago/2014
- TEIXEIRA, Anísio. **O processo democrático de educação**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 62, p. 3-16, abr./jun. 1956. Disponível em <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/processo.html>>. Acesso em: 10/nov/2014.
- ZAGURY, T. **O adolescente por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Record, 1996.